

III EXAME DE ORDEM / 2000 DIREITO ADMINISTRATIVO

Prova Prático Profissional (Subjetiva)

Data: 10.02.01

Parte I - Peça Profissional (7 pontos)

A CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA CAJAZEIRENSE S/A, que executa algumas das tantas obras em andamento no Distrito Federal, teve sua falência decretada. Por este motivo, o Governador do Distrito Federal - GDF, por intermédio do DER/DF, determinou, por ato unilateral e escrito, a rescisão do respectivo contrato.

Além da imposição das sanções previstas na lei 8.666/93, o citado órgão do GDF, por ato próprio, assumiu imediatamente o objeto do contrato, no estado e local em que se encontra. Como dispunha de pessoal técnico preparado, optou por dar continuidade às obras por execução direta, com o que a construtora não concordou.

Entretanto, os dirigentes da autarquia do GDF não tinham segurança acerca da medida tomada e decidiu ouvir V. Ex^a., na condição de renomado consultor jurídico.

Devidamente fundamentado na legislação, na doutrina e/ou na jurisprudência, qual seria o seu parecer?

<p>DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / DIREITO ADMINISTRATIVO, GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC.) E FORMAL DA PETIÇÃO.</p>

NÃO COLOQUE SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE AS EXPRESSÕES “NOME DO ADVOGADO” E “N.º DA OAB”.

**DIREITO ADMINISTRATIVO
Parte II - QUESTÕES PRÁTICAS**

1ª QUESTÃO (1 ponto)

HERBERT, competente servidor público federal, da carreira de auditoria tributária, casado, pai de 3 filhos, viajou para o Rio de Janeiro e lá foi passear de ultraleve, vindo a sofrer acidente, que levou a óbito sua esposa e o deixou com deficiência, necessitando de horário especial, comprovado por junta médica oficial. Seu chefe no Ministério em que trabalha, ao ser ouvido, condicionou a permissão de tal horário à compensação do horário que ele tivesse suprimido de sua jornada de trabalho, ao que foi recusado pelo aludido servidor, alegando ser um direito seu, o que não foi aceito pelo Chefe. A quem a lei assiste razão? Fundamente sua resposta.

2ª QUESTÃO (1 ponto)

A Prefeitura Municipal de Cajazeiras-PB realizou licitação, para a aquisição de móveis para o gabinete do Prefeito. Na fase de habilitação compareceu apenas uma empresa, a CAIXAPREGO LTDA, a qual foi habilitada, com sua proposta examinada e considerada regular, sendo a ela adjudicado o objeto da licitação. Está correto tal procedimento? Por quê? Fundamente.

3ª QUESTÃO (1 ponto)

O Distrito Federal é uma das pessoas jurídicas de direito público interno e, como tal, é detentor de inúmeros bens públicos, dentre os quais, podem-se destacar os seguintes:

- a) A via chamada de Eixo Monumental;
- b) O Teatro Nacional, e
- c) As terras rurais.

De acordo com o critério da destinação ou afetação, como estão, respectivamente, classificados tais bens?

III EXAME DE ORDEM / 2000
DIREITO CIVIL

Prova Prático Profissional (Subjetiva)

Data: 10.02.01

Parte I - Peça Profissional (7 pontos)

O casal João Caio Plácido e Maria Mercedes Plácido, ele professor e ela servidora pública, residentes em um apartamento alugado por R\$ 1.500,00, na SQS 202 sul, atraído por propaganda da empresa CONSÓRCIO BRASIL INCORPORAÇÃO E VENDA DE IMÓVEIS, com sede em Brasília e Goiânia, que prometia a construção de blocos residenciais em 24 meses, firmou contrato com a referida empresa, em 1º de dezembro de 1998, de compra e venda de uma unidade residencial situada no setor noroeste, em Brasília, em fase de construção.

Conforme a cláusula terceira do contrato, a empresa obrigou-se a proceder a entrega do imóvel em 31 de dezembro de 2000, com a carta de habite-se fornecida pelos órgãos competentes. Os compradores efetuaram o pagamento da entrada e parcelas intermediárias, que totalizam R\$ 60.000.000 e estão pagando rigorosamente o saldo restante, no valor R\$ 80.000,00, ajustado para ser pago em 80 prestações mensais, corrigidas pelo índice da construção civil, das quais já foram pagas 12 prestações.

Em visita ao local do imóvel, os adquirentes observaram que a obra sequer foi iniciada e que não seria possível a entrega do apartamento no prazo ajustado. Imediatamente procuraram a empresa, ocasião em que foram recebidos pelo seu diretor, que imputou ao Governo do Distrito Federal a responsabilidade pelo atraso, diante da dificuldade de liberação do novo setor para construção do imóvel e ao período de chuvas que se entendeu por um prazo além do previsto. Inconformados com a justificativa, os compradores pediram o dinheiro de volta, no que não foram atendidos, insistindo o representante da empresa que não lhe cabia culpa pelo atraso no cumprimento da obrigação.

Vencido o prazo para a entrega do imóvel, os adquirentes procuraram um advogado e foram informados que havia no contrato a existência de um seguro para garantia do imóvel contratado com a Seguradora MÁXIMA LTDA, com sede em Goiânia, à Av. Pedro Luduvico, n.º 001, e que fora eleito o foro da Cidade de Goiânia para dirimir qualquer conflito decorrente do contrato.

Diante dos esclarecimentos do advogado, os compradores decidiram que não tinham mais interesse na aquisição do imóvel, pois se decepcionaram com a atitude do dirigente da empresa e que pretendiam o ressarcimento dos valores pagos, além de indenização pelos prejuízos sofridos.

Elabore a petição inicial com a ação competente para resguardar os direitos dos adquirentes do imóvel, com observância de todos os seus requisitos.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / DIREITO CIVIL, GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC.) E FORMAL DA PETIÇÃO.

Não coloque o seu nome em nenhum lugar da prova. Use nome do advogado e N.º da OAB fictícios.

DIREITO CIVIL
Parte II - QUESTÕES PRÁTICAS (1 ponto cada)

1ª Questão:

O Juiz da 1ª Vara Cível de Brasília julgou procedente ação de despejo movida pelo locador de imóvel residencial, fundada em falta de pagamento. O réu interpôs, tempestivamente, recurso de apelação. Como deve proceder o locador, autor da demanda, para obter o despejo antes do julgamento do recurso?
Fundamente a resposta.

I - PEÇA (Termo de Interposição 2 pts. - Razões 5 pts.)

Eugênio Miranda Flores, foi condenado no Juízo da 19ª Vara Criminal de Brasília-DF à pena de sete (7) meses de detenção, com *sursis*, como incurso nas sanções do art. 129, *caput* do Código Penal, sob fundamento de haver sido provado que agira dolosamente ao agredir a vítima **Francisco de Castro Pinheiro**. Contudo, forte no entendimento de ter apenas repellido injusta e atual agressão à sua pessoa pela suposta vítima, usando, moderadamente dos meios necessários que possuía - agindo, portanto, em legítima defesa, conforme restou provado na instrução criminal com o testemunho de várias pessoas - inconformado recorreu para o E. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. No julgamento do recurso pela 8ª Turma Criminal, o acórdão contrário ao recorrente, publicado no dia 10 de agosto de 1999 (3ª feira), não foi unânime porquanto o **Desembargador Paulino Kelley Furtado**, em longo e bem fundamentado voto, reconheceu a justificativa da excludente apontada, baseando-se nos depoimentos prestados em Juízo por **Arnaldo Parisi Modesto** (fls. 42), **Elmo Monteiro Penna** (fls. 45) e **Ana Bárbara Lopes** (fls. 49), votando, conseqüentemente pela absolvição do recorrente. Votou com o **Desembargador Relator Celso Macedo Lima** o **Desembargador Edson Luna Dias**.

Você, advogado (a) de **Eugênio** tomou, no prazo, a providência cabível à espécie.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / PENAL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.
Excetuando os livros de prática e apostilas, a consulta é livre.

!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.

II - QUESTÕES PRÁTICAS

1º QUESTÃO (1 ponto)

Marcondes Gileno De Faria, pretendendo habilitar-se como assistente do Ministério Público, com o propósito de preservar o seu direito à indenização por dano físico decorrente de lesão corporal grave causado por **Francisco Ferreira Sabino**, que, por isto, responde, na Vara do Tribunal do Júri de Brasília-DF, por crime capitulado no art. 121, c/c 14, II, do CPB, solicitou, em 18 de maio de 2000, ao **Dr. Amador S. Q. Cido**, as providências cabíveis a tanto, outorgando-lhe, na mesma data, procuração específica para intervir em plenário do Júri como seu representante. No dia do julgamento pelo Conselho de Sentença, em 9 de junho, logo após a instalação da sessão, o **Dr. Amador** apresentou-se ao Juiz alegando a condição de representante do assistente do MP, pedindo a juntada do requerimento de habilitação e do instrumento procuratório. No entanto, o **Dr. Severiano Rocha**, Presidente do Tribunal, indeferiu liminarmente o pedido e, conseqüentemente, a participação do causídico no julgamento. Indique de forma sucinta (5 linhas no máximo) se agiu certo o magistrado e, em caso positivo, qual o fundamento processual de que se valeu para indeferir a pretensão.

Resposta:

2º QUESTÃO (1 ponto)

Carlos Pinheiro Chagas, inconformado com a condenação imposta em sentença prolatada pelo MM Juiz da 20ª Vara Criminal, interpôs Recurso de Apelação que foi obstado pelo magistrado, ensejando, desta forma a interposição do Recurso em Sentido Estrito, nos termos do art. 581, XV, do CPP, cujo tratamento dado pelo magistrado foi idêntico ao recurso anterior. Responda de forma sucinta (máximo de 5 linhas) qual a providência específica a ser tomada.

Resposta:

3º QUESTÃO (1 ponto)

Maurício desafeto de Euclides, sabendo que este iria se encontrar com Cláudio afim de negociar substância tóxica, telefonou para a polícia indicando lugar, dia e hora em que se daria o encontro. Seguindo a ordem do delegado os policiais se puseram na espreita e quando a negociação terminou - Euclides já de posse da droga e Cláudio da importância referente - deu voz de prisão a ambos. Justifique de forma sucinta (máximo de 5 linhas) a validade ou não, do flagrante.

Resposta:

III EXAME DE ORDEM / 2000 DIREITO DO TRABALHO

Prova Prático Profissional (Subjetiva)

Data: 10.02.01

Parte I - Peça Profissional (7 pontos)

Empregado demitido, sem justa causa, submeteu à Comissão de Conciliação Prévia de sua categoria demanda de natureza trabalhista alegando não ter recebido, quando da rescisão contratual, o aviso prévio indenizado (R\$ 180,00), férias proporcionais (R\$ 150,00) e décimo terceiro salário (R\$ 180,00). Notificada a empresa para a sessão de tentativa de conciliação, compareceu seu preposto que ofereceu ao empregado demitido a importância de R\$ 250,00 para a quitação das parcelas antes indicadas. A proposta não foi aceita sendo fornecida ao empregado e empregador declaração de tentativa conciliatória frustrada com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros da Comissão.

EXAMINANDO: diante do quadro acima exposto ajuíze, em favor do empregado demitido, a medida judicial cabível visando a condenação da empresa no pagamento do aviso prévio indenizado, férias proporcionais e décimo terceiro salário, parcelas não saldadas com a rescisão contratual.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS:
PROCESSUAL / DIREITO DO TRABALHO, GRAMATICAL
(ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC.) E
FORMAL DA PETIÇÃO.

**UTILIZE NOMES E QUALIFICAÇÕES FICTÍCIAS PARA
EMPREGADO E EMPREGADOR.**

NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE
NOME DO ADVOGADO E N.º DA OAB FICTÍCIOS.

DIREITO DO TRABALHO

Parte II - QUESTÕES PRÁTICAS (1 ponto cada)

1. Qual a providência que deve tomar o advogado contratado para elaborar reclamação trabalhista quando seu cliente não comparece à audiência de conciliação, instrução e julgamento?

Resposta: _____

2. O Juiz da Vara do Trabalho encerrou a fase instrutória do processo sem ouvir as partes e as testemunhas alegando já estar convencido a respeito da matéria que lhe fora apresentada. O advogado do reclamado, entendendo necessária a oitiva de suas testemunhas, deverá tomar que providência?

Resposta: _____

3. Compareceram à audiência de instrução apenas os advogados das partes e o preposto do reclamado, apesar da intimação expressa constante na ata da audiência inaugural de que ambas as partes deveriam estar presentes na audiência de prosseguimento (de instrução) para prestarem depoimento pessoal. Qual a providência que deverá tomar o advogado do reclamado em relação à ausência do reclamante?

Resposta

**III EXAME DE ORDEM / 2000
DIREITO TRIBUTÁRIO**

Prova Prático Profissional (Subjetiva)

Data: 10.02.01

Parte I - Peça Profissional (7 pontos)

Férias! Ah Férias... quem não precisa e quem não gosta? Principalmente os bacharéis recém formados em direito, que ainda não puderam fazer isto, às voltas com apresentação de monografia, colação de grau e exame de ordem. O certo é que Brasília, que não tem um litoral maravilhoso como o da Paraíba, onde se encontra a Ponta do Seixas, um dos extremos do Brasil e onde o sol nasce primeiro, fica completamente deserta nas férias de dezembro e janeiro, período da estação de muita chuva na Capital Federal e propício para viajar para aquele estado, onde o sol é abundante.

O que todos esquecem é do mês seguinte, do retorno, do mês de fevereiro, com tantos compromissos a cumprir, com prestações vencidas ou a vencer e o pagamento de impostos, como IPTU, IPVA, IR, este ainda com a obrigatoriedade de apresentação da famosa e estressante declaração de ajuste.

Foi o que aconteceu com um famoso conterrâneo, Sr. "GILSON RICASSO PARAIBANUS DO BRASILIS", que viajou à Paraíba e, qual não foi sua surpresa, ao retornar, deparando-se com o carnê do IPTU, no valor de R\$ 10.000, 00, de sua bela mansão, recém construída na QL 100 Conjunto 50 Casa 25 do Lago Sul.

Como é sabido, o IPTU é um imposto municipal e distrital, tendo o seu fato gerador e sua base de cálculo previstos nos arts. 32 e 33 do CTN, sendo que as alíquotas são definidas em leis e regulamentos municipais e distrital. No caso do Distrito Federal, o art. 16 do Decreto 16.100/94 diz que as alíquotas são de:

I 3% do valor venal:

- a) do terreno não edificado;
- b) dos terrenos com edificações em construção ou demolição, condenadas ou em ruínas, quando nelas se constatar a existência de dependências suscetíveis de utilização;

I 1% do valor venal:

- a) do imóvel não residencial, edificado;
- b) do imóvel não residencial, portador de alvará de construção, pelo prazo improrrogável de 36 meses, contado da data de expedição do documento pelo órgão competente, desde que o proprietário do imóvel não seja titular de outro, da mesma natureza, no Distrito Federal;

I 0,30% do valor venal do imóvel edificado exclusivamente para fins residenciais.

§ 1º Para fins deste artigo, consideram-se edificados imóveis que tenham carta de habite-se expedida pela repartição competente.

Ocorre que a Secretaria de Fazenda e Planejamento do DF, ignorando o Regulamento que ela própria elaborou, **fez o lançamento do IPTU** do imóvel do Sr. GILSON RICASSO e o notificou, como se o terreno não estivesse edificado, com a alíquota de 3%, quando deveria ser de 0,30%. Recorreu administrativamente, apresentando o habite-se do imóvel, mas não obteve êxito. Não lhe restou, assim, outra alternativa que não procurar o escritório de V. Ex^a., para entrar com a medida judicial cabível. Redija a peça adequada ao feito.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / DIREITO TRIBUTÁRIO, GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC.) E FORMAL DA PETIÇÃO.

Não coloque seu nome em nenhum lugar da prova. use apenas as expressões “nome do advogado” e “N.º da oab”.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Parte II - QUESTÕES PRÁTICAS

1ª QUESTÃO (1 ponto)

Há bastante tempo, não se fala em outra coisa no Brasil, a não ser em reforma tributária ou seja, aumento da carga tributária. Uns assessores do Governo Federal são contra, outros a favor. Os que se opõem acham muito difícil a aprovação do “pacote fiscal” tal qual se deseja. Eles sugerem que, ao invés disto, o Poder Executivo simplesmente aumente, por ato administrativo próprio, sem necessidade de lei, a alíquota de alguns impostos. De acordo com a Constituição Federal, isto é possível? Em caso afirmativo,

quais são estes impostos? Fundamente sua resposta.

2ª QUESTÃO (1 ponto)

O Sindicato dos Hoteleiros, que congrega os proprietários de hotéis do Distrito Federal, inconformado com a obrigatoriedade de pagamento do ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, alegando estar imune e desobrigado a pagar tal tributo, procurou seu escritório, para ser orientado quanto a viabilidade de êxito na apresentação de medida judicial, que o desobrigasse do referido encargo tributário. O que V. Ex.^a. disse, sucintamente, a ele, devidamente fundamentado na Lei Maior do País?

3ª QUESTÃO (1 ponto)

De acordo com o Código Tributário Nacional, “O procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível” é conceito de qual instituto, privativo da autoridade administrativa?